

# Sarney receberá hoje o relatório final das reformas

**Brasília** — A Comissão designada pela Executiva Nacional do PDS para estudar a reforma eleitoral, reunida à noite de anteontem, resolveu delegar poderes ao presidente e relator, respectivamente Senador Aloisio Chaves e Deputado Prisco Viana, para apressar a redação do relatório, que ainda hoje será entregue ao presidente do Partido, Senador José Sarney.

Caíram, pelo menos na comissão, todas as emendas constitucionais que propunham a eliminação do voto obrigatório, direito de voto ao analfabeto e aumento do número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 420 para 500. Essas indicações chegaram a interessar o Governo e o Partido e foram abandonadas diante da inviabilidade de aprovação no Congresso.

## Opções feitas

Além de rejeitar qualquer emenda constitucional, em face da notória dificuldade em aprová-la, pois o PDS dispõe de maioria precária (quorum de 211 votos) e não encontraria consenso no Partido para alterar a Constituição, a comissão resolveu propor a ampliação de 20 para 30 dias a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, o que importará em algumas modificações no anteprojeto da nova lei que revogará a chamada Lei Falcão.

Foram confirmadas as decisões tomadas na reunião de quarta-feira, ou seja, extensão da sublegenda para os candidatos a governadores até o limite de três; obrigar o eleitor a votar em candidatos de um mesmo Partido a vereador, deputado estadual e federal (voto vinculado) e proibir as coligações partidárias, inscrevendo na lei sanções para o Partido ou Partidos que tentarem burlar a legislação.

A comissão resolveu autorizar a implementação pela Justiça Eleitoral de sistema que garanta votação e apuração eletrônicas nas capitais e grandes centros urbanos.

O relatório da comissão do PDS sugere a inscrição na lei de dispositivo que transformará as mesas receptoras de votos, no dia da eleição de 15 de novembro de 1982, em mesas apuradoras, o que, se acredita, não apenas tornará mais simples o processo, como mais rápido se conhecerão os resultados.

A comissão considerou conveniente afastar a idéia de emendas constitucionais, fixando-se no projeto de lei ordinária que vai alterar mais

de 50 artigos do atual Código Eleitoral e no projeto de lei complementar que remove todas as restrições aos direitos cívicos de cidadãos alcançados pelos atos de exceção.

O projeto de lei complementar alterando a chamada lei das inelegibilidades foi redigido pelo Senador Tarso Dutra e elimina, por exemplo, o dispositivo que considera inelegíveis quem esteja sub-judice, ou seja, processado em qualquer instância judicial. O Senador Tarso Dutra retirou todas as restrições contidas na atual lei, anterior à anistia.

Quanto ao projeto que disciplinará a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, revogando a Lei Falcão — será estabelecida uma duração de 30 dias e não de 20, como sugeriu a subcomissão presidida pelo Senador Passos Porto.

A propaganda será suspensa 72 horas antes do pleito, sendo de uma hora diária, meia hora à tarde e meia hora à noite. O tempo será dividido proporcionalmente à representação de cada Partido na Câmara dos Deputados, o que significa que, de uma hora diária, tocará ao PDS mais de meia hora.

O Partido do Governo possui quatro deputados além da metade das cadeiras de um total de 420. O tempo restante será fragmentado entre os cinco Partidos de oposição, mantendo-se a exigência de o Partido ter candidato a governador e prefeito.

Outra decisão da comissão consistiu em inscrever no Código Eleitoral dispositivo proibindo que seja praticado qualquer ato de nomeação ou remoção de funcionários seis meses antes das eleições.

O relatório, que já está redigido, será entregue, hoje, pelos Srs Aloisio Chaves e Prisco Viana, presidente e relator, ao presidente do PDS, Senador José Sarney. O dirigente pedessista estará em condições de cumprir a promessa que fez aos Partidos de oposição de, no mais tardar no dia 30 de junho, entregar o documento ao Presidente da República.

O Presidente, depois de examinar o relatório na "reunião das nove" com os Ministros Golbery do Couto e Silva, Ibrahim Abi-Ackel, Danilo Venturini, Otávio Medeiros e o Secretário Particular Heitor Ferreira, deverá deixar com o primeiro e o segundo a tarefa de preparar o projeto a ser negociado com a Oposição.

## Pedessista critica proposta

**Belo Horizonte** — O Deputado Delfim Ribeiro, do PDS, denunciou ontem nesta Capital a existência de um grupo palaciano postulando medidas oportunistas na legislação eleitoral, que contribuem para denegrir o nome do PDS. "Isto poderá ser um tiro pela culatra no próximo pleito eleitoral devido à insatisfação e descrença do povo nesta pseudo-reforma", disse.

— Observamos que o objetivo supremo dos magos que se acotovela nos corredores palacianos é encontrar uma fórmula mágica para dar vitória total ao Governo, às custas do comprometimento do processo de abertura do Presidente Figueiredo, afirma o Deputado em nota distribuída à imprensa.